

## ARTICULAÇÃO ENTRE SUPEREXPLORAÇÃO DO TRABALHO E A DEGRADAÇÃO AMBIENTAL NA AMÉRICA LATINA: AS BASES DE SUSTENTAÇÃO DO AGRONEGÓCIO<sup>i</sup>

**Fernanda Aparecida Matheus**

Engenheira agrônoma e mestranda do Programa de Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe, UNESP/IPPRI-ENFF

Militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST

[manuelasaenz13@gmail.com](mailto:manuelasaenz13@gmail.com)

### INTRODUÇÃO

O intenso processo de propaganda exaltando o agronegócio e suas contribuições para a economia brasileira na atualidade, cumpre dentre outros, o papel de manter velada a lógica de desenvolvimento adotada historicamente no país, atrelada à dinâmica do capitalismo mundial de subordinação das economias dos chamados países periféricos aos chamados países centrais. Para Carcanholo (2009) a América Latina se insere na lógica de acumulação de capital em escala mundial, como uma região com economia dependente dos países centrais. Essa caracterização está baseada na teoria da dependência, cujo um dos precursores é Ruy Mauro Marini. Para esta corrente de pensamento a relação entre países periféricos e países centrais está condicionada por uma situação de antagonismo e complementaridade, onde a condição de desenvolvimento e subdesenvolvimento apresentam características que mesmo contraditórias pertencem à mesma lógica de desenvolvimento no sistema de acumulação de capital em âmbito mundial (CARCANHOLO, 2009).

Para Carcanholo (2009), há mecanismos de transferência de valores dos países periféricos para os países centrais, dentre os quais encontra-se a deterioração nos termos de trocas nas relações comerciais entre os países, consequência das diferenças de preços entre os produtos exportados pelos países latino-americanos com baixo valor agregado e os produtos importados com alto valor agregado. Os produtos de baixo valor agregado exportados pelos países latino-americanos são o que no mercado internacional se denominam *commodities*, que são produtos primários ou manufaturados, como grãos, carne, açúcar, álcool e produtos minerais, que constituem a base produtiva do agronegócio.

Em síntese, o desenvolvimento das economias dos países europeus é consequência do processo de espoliação e, portanto, da expropriação dos países latino-americanos pelos mais diversos mecanismos diretos e indiretos Harvey (2005), em outras palavras a superexploração do trabalho e bens da natureza, na América Latina não só permitiu historicamente o enriquecimento dos países centrais, como é condição necessária para tal, pilar para sustentação da acumulação via mais-valia relativa nestes países. Vale ressaltar a relevância das relações estabelecidas com a questão da apropriação e uso da terra e neste processo histórico, que na atualidade se expressa no agronegócio.

O presente texto se propõe a elencar alguns elementos de reflexão a respeito da inserção das economias latino-americanas na dinâmica de acumulação do capital em âmbito mundial correlacionando com os processos de espoliação dos bens da natureza e superexploração do trabalho na América Latina, marcas fundamentais do agronegócio.

### **CARACTERÍSTICAS DO ATUAL ESTÁGIO DE DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO**

Forjada no calor da expansão comercial promovida no século 16 pelo capitalismo nascente, a região que conforma o que se denomina como América Latina se desenvolve em estreita consonância com a dinâmica do capitalismo internacional. É a partir desse momento que as relações da América Latina com os centros capitalistas europeus se inserem em uma estrutura definida: a divisão internacional do trabalho, que determinará o sentido do desenvolvimento posterior da região. Em outros termos, é a partir de então que se configura a dependência, entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência (MARINI, 2005).

Harvey (2005) caracteriza o atual estágio de desenvolvimento do capitalismo como imperialista e analisa os meios pelos quais se têm garantido a reprodução e a acumulação de capital, o autor afirma que na fase atual, o imperialismo tem se utilizado da mesma lógica utilizada pelo capitalismo nos seus primórdios – a acumulação primitiva -, porém as características contemporâneas apresentam peculiaridades e podem ser definidas como acumulação por espoliação. Na dinâmica de acumulação por espoliação, se lança mão de todos os mecanismos e artifícios: violência, guerras, expropriação, expulsão de populações de seus territórios, superexploração da força de trabalho, degradação e precarização das condições de trabalho e inclusive o uso de formas de trabalho não capitalistas como o trabalho escravo, além de privatizações, biopirataria, estabelecimento de direitos de propriedades e patentes. Ressalta Harvey (2005) que o Estado exerce importante papel neste processo, não só criando condições formais para justificar a ação do capital, como também se utiliza do seu poder de polícia para garantir as condições de submeter as populações ao processo de espoliação.

Vários autores têm se dedicado a compreender as formas de organização da produção e do trabalho no atual estágio de desenvolvimento do capitalismo. Para Osório (2009), a superexploração do trabalho é uma violação da força de trabalho mais do que uma forma de exploração ou de apropriação da mais-valia, a superexploração é uma forma de exploração que não respeita o valor da força de trabalho, pois representa a apropriação direta dos salários ou de forma indireta o prolongamento ou a intensificação da jornada de trabalho de tal maneira que debilita a força de trabalho ao ponto de encurtar sua vida útil e a

vida total do trabalhador, ocasionado inclusive situações em que a superexploração do trabalho chega ao extremo de submissão dos trabalhadores a condições de trabalho escravo.

Aprofundando a temática no tocante ao campo, Bruno (2008) destaca que uma das conflitualidades inerentes na relação do agronegócio com o conjunto da sociedade está contida no debate sobre as precárias condições de trabalho, a autora denuncia que nos casos de identificação de trabalho escravo, a argumentação dos representantes do agronegócio é construída no sentido de justificar o trabalho escravo como produto de um Estado frágil que não consegue resolver a contento a questão, relativizando a gravidade da prática alegando a existência do crime como fato isolado, que se restringe ao mau fazendeiro e que a legislação trabalhista desconhece as especificidades do trabalho, deste ponto de vista trabalho escravo, é apenas caracterizado como formas de trabalho degradante e/ou informal e/ou ainda uma simples irregularidade trabalhista decorrente da incompatibilidade da lei trabalhista com a realidade.

Leff (2004) afirma que o capitalismo rompe a unidade entre sociedade e natureza, submetendo a natureza à lógica de mercado e da produção de mais-valia, ao ponto que o potencial da natureza e o ser humano se convertem em objetos de expropriação econômica. Desta forma produz um desajuste do mundo que conduz a coisificação do ser e a superexploração da natureza, a perda do sentido da existência que gera a negação do outro. Na perspectiva neoliberal a crise ambiental não é efeito da acumulação de capital, mas do fato de não haver dado direitos de propriedades e definido valor de mercado aos bens comuns, as leis do mercado se encarregariam de ajustar os desequilíbrios ecológicos, as diferenças sociais, a equidade e a sustentabilidade (LEFF, 2004). Quanto a inserção dos países da América Latina na divisão internacional do trabalho, o autor argumenta que na geopolítica de mercantilização da natureza a nova globalização produz um discurso que tenta justificar as vantagens comparativas dos países do Sul com relação aos países do Norte, sendo os países do Sul incentivados a supostamente a valorizar seus recursos naturais. Entretanto, no caso da América Latina, o que se percebe é que os países assumem os riscos e as consequências ambientais desse processo, sem as prometidas vantagens.

Em suma, superexploração do trabalho e degradação ambiental, se tornaram, assim, processos inerentes ao desenvolvimento das economias latino-americanas ao longo do tempo histórico e, portanto, se constituem nas bases de sustentação do agronegócio. O próprio processo de ocupação territorial da região faz parte desta lógica. Carcanholo (2009) ressalta que do período pré-capitalista até a consolidação inicial do capitalismo, a extração do excedente produzido na periferia se dava pela expropriação dentro da lógica da acumulação primitiva do capital e posteriormente da superexploração da força de trabalho,

mediante a elevação da taxa de mais-valia, arrocho salarial, extensão da jornada de trabalho e aumento da intensificação do trabalho. As ideias de Silva (2008) corroboram tal concepção, partindo da análise da constituição do sistema colonial no Brasil, afirma que este se estabeleceu como complemento ao processo de acumulação primitiva na Europa, fazendo referência a importância do trabalho escravo e da adoção de uma agricultura extensiva, intensiva, degradante dos solos e demais bens da natureza e baseada no latifúndio.

## **AGRONEGÓCIO E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS**

A exploração-espoliação de bens da natureza produz uma enormidade de conflitos socioambientais, vale citar para exemplificar aspectos relacionados à mineração, exploração de hidrocarbonetos (petróleo), a destinação de resíduos, desmatamento em zonas de reservas. Repetem-se os grandes ciclos de exportação de matérias-primas, nos quais as atividades extrativas debilitam o meio ambiente, violam direitos coletivos de comunidades tradicionais, enriqueceram setores das elites nacionais e companhias transnacionais e não proporcionam desenvolvimento para os países latino-americanos Santos (2008).

Miguel Teubal (2008) afirma que o agronegócio é uma das mais importantes manifestações do processo de globalização no mundo atual e destaca a ação do Estado que age de forma deliberada para apoiar o avanço do modelo de produção baseado na lógica do agronegócio. Outro aspecto abordado pelo autor refere-se ao processo de internacionalização do capital que estimula a movimentação das grandes empresas em busca de territórios onde possa encontrar melhores condições para a produção desde o ponto de vista empresarial, especialmente onde possa pagar menores salários. Para Giarracca e Teubal (2008) o agronegócio tem relação com as tendências globais impulsionadas pelos organismos e empresas transnacionais, com as intervenções do Estado nacional e a pressão de grandes grupos econômicos. O desenvolvimento da agroindústria capitalista se deu com a presença direta do Estado, num processo de substituição das importações numa lógica desenvolvimentista, com base na superexploração do trabalho e da degradação ambiental.

Para Terán (2008) dentre os projetos que compõem o processo de acumulação de capital via espoliação, a produção de agrocombustíveis se apresenta como uma das principais proposições capitalista na atualidade, governos e organismos internacionais consideram os mercados de carbono ou dos combustíveis renováveis como o poder verde. Segundo o autor, a produção de agrocombustíveis faz parte da agenda de segurança nacional dos EUA, que por esta razão tem desenvolvido várias formas de incentivos a sua produção interna, além da difusão entre os demais países, visando diminuir a

vulnerabilidade externa aos combustíveis fósseis. A política de produção de agrocombustíveis que está sendo implantada promoverá o controle das transnacionais nos processos de produção agrícola e indústria interna, as elites de cada país encontraram uma forma de articulação ao mercado mundial baseadas na exploração da terra, dos recursos naturais e dos trabalhadores. As principais características deste sistema de produção: grandes extrações de água, pressão sobre a propriedade das famílias camponesas e comunidades indígenas e biotecnologia.

Na dinâmica de apropriação e privatização dos bens da natureza por parte das grandes empresas transnacionais, dentro da lógica da acumulação por espoliação, segundo Gonçalves (2008), o domínio territorial das fontes de água é fundamental, pois existe intenção dos países ricos, em especial os EUA em manter de forma direta ou indireta o controle dos bens da natureza, apresentando interesse especial pelas reservas de água. A distribuição desigual da água entre regiões do mundo faz com que muitas indústrias fixem suas atividades em determinados países, não só pela demanda exigida no processo produtivo, mas da quantidade de resíduos que demandam ou pela quantidade de resíduos que lançam em lagos ou rios. Outro fator relevante neste contexto se refere ao papel que cumpre o modelo agroexportador, produzindo condições para transferência indireta de água dos países pobres para os países ricos, através da exportação de grãos e pasta de celulose, por exemplo. O processo de privatização da água passa também pelo serviço de distribuição da água para as populações, orquestrado por organismos multilaterais, associados às grandes empresas multinacionais, criando novas formas de regulamentação. O discurso da escassez cumpre o papel na lógica mercantil de justificar a privatização e o encarecimento dos serviços prestados Gonçalves (2008).

## **CONCLUSÃO**

Esta reflexão remete a discussão acerca da inserção da América Latina na divisão internacional do trabalho e as correlações com o processo de acumulação primitiva ocorrida na Europa nos primórdios do capitalismo, suas nuances na atualidade caracterizada por alguns autores como processo de espoliação e a constituição da estrutura fundiária baseada no latifúndio, na produção para exportação e na superexploração do trabalho e dos bens da natureza, consolidada nos dias atuais no agronegócio, que tem a capacidade de conjugar sem prejuízo ao seu mecanismo de funcionamento as formas mais avançadas em termos tecnológicos (máquinas, equipamentos, insumos e sistemas de informações ultramodernas) com o que há de mais atrasado em termos de relações econômicas, sociais e ambientais: trabalho escravo e degradante, desrespeito às leis trabalhistas, expropriação de terras indígenas e de comunidades tradicionais, assassinatos e degradação ambiental

em estreita relação com as demandas do mercado mundial de *commodities* e a atuação das grandes corporações transnacionais.

Frente ao estágio atual de desenvolvimento do sistema capitalista a classe trabalhadora tem um conjunto de desafios de construção de instrumentos de lutas que não só permitam a resistência e a obtenção de conquistas econômicas e sociais, mas que possibilitem a superação do sistema capitalista e promova a proposição de novas formas de sociabilidade e de interação humanidade-natureza. Dentre os aspectos mais relevantes neste processo estão a apropriação dos resultados do trabalho e dos bens da natureza, que são fonte de geração de riquezas e matéria-prima para a sustentação da sociedade e a necessidade de conceber outra matriz produtiva e tecnologia baseada em fontes renováveis de energia, principalmente a partir da biomassa e do aproveitamento da fotossíntese, um paradigma produtivo que integre ordem ecológica com significação cultural e criatividade humana.

## REFERÊNCIAS

BRUNO, R. Agronegócio e novos modos de conflituosidade. In: FERNANDES, B. M. Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual. CLACSO-Expressão Popular: São Paulo, 2008.

CARCANHOLO, M.D. Dependência e superexploração da força de trabalho no desenvolvimento periférico. In: MARTINS, C. E. VALENCIA, A. S. (Org.) América Latina e os desafios da globalização: ensaios dedicados a Ruy Mauro Marini. Boitempo/PUC-Rio: São Paulo, 2009.

GIARRACCA, N; TEUBAL, M. Del desarrollo agroindustrial e la expropiación del “agronegocio”: el caso argentino. In: FERNANDES, B. M. Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual. CLACSO-Expressão Popular: São Paulo, 2008.

GONÇALVES, C. W. P. A luta pela apropriação e a responsabilidade social da água na América Latina. In: FERNANDES, B. M. Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual. CLACSO-Expressão Popular: São Paulo, 2008.

HARVEY, D. O novo imperialismo. 2ª edição. Editora Loyola: São Paulo, 2005.

LEFF, E. Racionalidad ambiental. La reapropiación de sustentabilidad. Editora siglo XXI: México, 2004.

MARINI, R. M. Dialética da dependência. In: TRASPADINI, R.; STEDILE, J. P. Ruy Mauro Marini. Vida e obra. Expressão Popular: São Paulo, 2005.

OSÓRIO, J. Dependência e superexploração. In: MARTINS, C. E. VALENCIA, A. S. (Org.) América Latina e os desafios da globalização: ensaios dedicados a Ruy Mauro Marini. Boitempo/PUC-Rio: São Paulo, 2009.

SANTOS, M. Exploração de recursos naturais e conflitos sociais: os casos de Peru e Equador. In: FERNANDES, B. M. Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual. CLACSO-Expressão Popular: São Paulo, 2008.

SILVA, M. L. O. Terras devolutas e latifúndio. Efeitos da Lei de 1850. 2ª Edição, Editora Unicamp: Campinas-SP, 2008.

TERÁN, J. F. La economía de los biocombustibles: una mirada a los proyectos hegemónicos. In: FERNANDES, B. M. Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual. CLACSO-Expressão Popular: São Paulo, 2008.

TEUBAL, M. O campesinato frente à expansão dos agronegócios na América Latina. In: PAULINO, E. T; FABRINI, J. E. Campesinato e territórios em disputa. Editora Expressão Popular: São Paulo, 2008.

---

<sup>i</sup> Trabalho apresentado no âmbito do curso de Mestrado em Desenvolvimento Territorial da América Latina e Caribe, como requisito para aprovação na disciplina de Economia Política na América Latina e Caribe, ministrada pelo professor Marcelo Dornelis Carvalho.